

# Entrevista



Paulo Cunha, presidente da Câmara de Vila Nova e Famalicão, garante que a planificação de investimento municipal vai manter-se.



## Câmara de Vila Nova de Famalicão convicta que ninguém vai passar ao lado da crise

**O presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão não tem dúvidas que a crise não vai poupar ninguém.**

© JOSÉ CARLOS FERREIRA

**Diário do Minho (DM):** Que perceção tem do tecido económico e empresarial do concelho neste momento?

**Paulo Cunha (PC):** Acima de tudo há uma grande indefinição. A maioria dos agentes económicos do concelho está ansiosa por perceber em que con-

texto é que o tecido económico vai ficar quando terminar a pandemia, ou seja, a dimensão de saúde pública que afeta neste momento o país e o mundo. E, portanto, esse contexto de ansiedade faz com que haja apreensão porque há um desconhecimento acerca do futuro. As crises a que estávamos habituados tinham muito de imprevisível, mas tinham algo de previsível. Esta que estamos a viver é toda ela imprevisível. Há empresas que não sabem o que é que lhes pode acontecer em breve. Sabem no imedia-

to que há ferramentas como o lay off e outras a que podem recorrer, mas sabemos que estas soluções são temporárias, provisórias, que nenhuma unidade empresarial pode estar seis meses ou um ano neste contexto. Quando da área da saúde pública



**«Esta crise que estamos a viver é toda ela imprevisível. Há empresas que não sabem o que é que lhes pode acontecer em breve. Sabem que há ferramentas temporárias».**

não é previsível uma recessão deste contexto de recolhimento e distanciamento social, imagine-se o que é que passa pela cabeça de um empresário acerca da questão que se coloca de retomar a sua atividade. Há muito desconhecimento

acerca do futuro. Aquelas empresas que estão a trabalhar, são poucas as que o fazem com normalidade. A esmagadora maioria trabalha com restrições, com muitas limitações e já há algumas que no final do mês não sei se vão concluir se foi boa ou má a ideia continuarem a trabalhar, porque muitos custos são fixos e os proveitos estão a decrescer. Havendo descontinuidade do processo económico a nível mundial, o que vai haver é uma redução de encomendas, um aumento das despesas com um conjunto de cui-

dados de higiene e podemos chegar a uma altura em que não seja viável a continuidade do trabalho dessas empresas.

**DM:** A situação é aflitiva para o comércio e a restauração do concelho?

**PC:** A situação para estes é ainda mais difícil, porque, queiram ou não, têm de estar encerrados. Eu, com franqueza, acho que o país tem que olhar para este setor de uma forma diferente porque, se há uma intervenção legislativa que decreta o encerramento, é suposto que haja medidas de

compensação direcionada especificamente para o setor do comércio e dos serviços, que são setores que estão a ser muito afetados com as decisões.

**DM:** As medidas implementadas pelo Governo são suficientes para as empresas se aguentarem?

**VPP:** Acho que todos temos a noção que não. Eu acho que o que se discute agora, não é saber se as medidas são suficientes, porque eu acho que é

“

**«Enquanto não houver financiamentos à tesouraria, enquanto não houver apoios reais, apoios a fundo perdido, que tenham leitura de apoio estatal, pouco de bom vai acontecer».**

unânime que não são suficientes. O que se discute é se o Governo pode, ou não, deve, ou não, fazer mais do que já fez. Eu acho que deve. Se pode, é uma questão de contabilidade pública. Não tenho números nem dados, não sei quais as consequências de um apoio diferente daquele que tem sido anunciado ao nível do Orçamento de Estado, ao nível da dívida pública, ao nível da exposição da dívida soberana aos sistemas internacionais de acesso ao financiamento. Mas, é inegável que as empresas vivem problemas graves de tesouraria. Como é que se consegue convencer um empresário a recorrer a um financiamento para condições para hoje e continuar a pagar salários, sem ele ter a mínima garantia que no futuro vai poder cumprir com o banco junto do qual contraiu esse crédito? Esta quebra de horizonte futuro traz o

problema da expectativa. E, se não houver expectativa, as empresas não vivem, porque as empresas só vão à banca financeira se adquirirem condições para mais tarde poderem resolver os seus créditos. Se não houver expectativa disso acontecer, o que é mais natural é que as empresas não usem essas linhas de crédito só por haver, na maior parte dos casos, não é uma solução. Então para as micro e pequenas empresas é que não é mesmo solução. Enquanto não houver financiamentos à tesouraria, enquanto não houver apoios reais, apoios a fundo perdido, que tenham uma leitura de auxílio estatal para que as empresas possam arriscar e para que os empresários possam ser mais audazes, eu penso que pouco de bom vai acontecer. E quando terminarem estas linhas ao nível do lay off, o mais certo é que muitas venham a encerrar ou haja episódios de despedimento coletivo

**DM:** Assim, um aumento da taxa de desemprego é inevitável?

**PC:** O crescimento da taxa de desemprego, de acordo com os dados que tem temos hoje, é inevitável. Esta pandemia foi uma surpresa para todos nós, há três meses ou quatro, ninguém imaginava que isto poderia acontecer. Parecia ficção científica falar nisto, só na literatura mais rebuscada, no cinema mais audaz é que nós encontrávamos argumentos deste género. Quase precisamos de um milagre para que isto não traga graves consequências para o desemprego, ao nível do empobrecimento do país e ao nível do encerramento de empresas.

**DM:** O turismo é uma fonte de receita para a região. Quais os danos que a pandemia pode trazer para o setor no seu concelho?

**PC:** Se nos lembrarmos que foi o turismo o maior responsável pela melho-



**O presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão deixa críticas às medidas do Governo**

ria das contas públicas do país, é fácil perceber o que é que vai acontecer ao país com a queda do turismo. Portanto, nós vamos recuar uns anos do ponto de vista económico e financeiro pela perda destas divisas, e da presença de milhões de turistas que anualmente vem ao nosso país e também dos turistas internos, uma vez que o turismo não se faz

“

**«Vamos fazer do investimento municipal um dos vetores para alimentar o desenvolvimento económico. Sabemos que o investimento em dimensão de contraciclo é importante».**

só com aqueles que vem de fora. Faz-se também muito com quem está em Portugal e percorre o país. O meu concelho

não foi dos que mais ganhou com o turismo. Nós sabemos que a área mais forte do nosso concelho é a indústria e, portanto, a esse nível o nosso concelho não vai ser o mais afetado. Mas, obviamente, que há sempre uma afetação na restauração e o meu concelho tem alguma dependência deste turismo e será um setor também afetado.

**DM:** Posso depreender pelas suas palavras que anos de trabalho podem estar em causa?

**PC:** Anos de trabalho podem estar em causa para todos nós, para governantes, autarcas, empresários, cidadãos, famílias. Esta crise vai ter uma característica: ninguém vai ficar imune, ninguém vai passar ao lado dela. Uns vão sofrer mais que outros, há quem tenha mais perdas do que outros, há quem tenha menos futuro que os outros, mas to-

dos os portugueses, todos nós, em Famalicão vamos ser afetados por esta crise, vamos perder algo, vamos recuar com es-

ta crise. O quanto vamos recuar vai depender das medidas nacionais, em paridade, da conjuntura internacional. Mas, depois há fatores psicológicos. É importante perceber como é que cada um de nós vai estar psicologicamente no final desta pandemia.

**DM:** Em termos sociais, acha que vai haver uma maior procura dos instrumentos sociais por parte das pessoas?

**PC:** No meu concelho já está a acontecer. E, além de haver mais procura, nós já estamos a criar mais instrumentos sociais. Além dos que implementámos em 2013, que nunca descontinuámos, vamos reforçar as verbas, criar novos programas, medidas inéditas, com o propósito que a retaguarda social se mantenha, e que naquilo que aconteça às pessoas finda que seja esta pandemia, elas tenham nas políticas municipais um apoio para que sirva para que tenham um alento.

**DM:** Com travão económico, há projetos que vão ter de esperar?

**PC:** Não. Confesso que uma das medidas que adotámos, do ponto de vista daquilo que é a estratégia municipal, é a de fazer do investimento municipal um dos vetores para alimentar o desenvolvimento económico. Sabemos que o investimento em dimensão de contraciclo é importante. Quando se está em recessão, o aumento do investimento público tem, normalmente, uma leitura favorável do ponto de vista do dinamismo económico. Sabemos do quanto isso alimenta a indústria, o comércio, os serviços. Quando se fala de uma obra pública não é só a empresa a quem a obra foi adjudicada. A nossa planificação, neste momento, é dar continuidade integral a todos os projetos. Aliás, alguns estão alicerçados em fundos comunitários e não há adiamentos.